



## Relatório da Administração

A EATE afere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais:	2025	2024
Disponibilidade (%)	99,87%	99,99%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa, desenvolvimento e inovação - PDI:** Em 2025, a EATE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2024/2025;

## Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2025 e 2024

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	87.649	101.144	159.931	173.150
Investimento curto prazo	5	913	813	9.807	32.277
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias					
Ativo contratual da concessão	6	14.217	14.560	28.604	27.513
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		297.707	287.758	531.389	511.034
Outros tributos compensáveis		203	187	2.483	1.632
Dividendos a receber	7	22.823	29.541	3.081	3.531
Adiantamento a fornecedores		754	763	3.929	5.611
Outros ativos		6.503	6.678	10.314	9.834
		<b>430.871</b>	<b>441.546</b>	<b>751.203</b>	<b>766.263</b>
<b>Ativo não Circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários		-	-	21	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		18.950	16.290	32.516	28.089
Ativo contratual da concessão	6	1.148.931	1.232.311	3.295.516	3.355.920
Outros tributos compensáveis		-	-	199	199
Outros ativos		867	879	10.871	5.136
Investimentos	7	932.905	954.844	69.703	69.035
Imobilizado		2.353	2.464	2.939	3.182
Intangível		12.248	14.086	23.324	26.397
		<b>2.114.254</b>	<b>2.220.864</b>	<b>3.435.089</b>	<b>3.487.958</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.545.125</b>	<b>2.662.410</b>	<b>4.186.292</b>	<b>4.254.221</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Reservas de lucros		Reserva de lucros para incentivos fiscais	Reserva de Retorno de Lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	Total
	Social	Reserva legal						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	636.915	127.383	169.646	106.081	42.273	115.435	-	1.197.733
Pagamento de dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(115.435)	-	(115.435)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	-	(42.273)	-	-	(42.273)
Pagamento de dividendos sobre lucros a realizar	-	-	-	(106.081)	-	-	-	(106.081)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	587.690	587.690	587.690
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Incentivo fiscal	-	-	40.401	-	-	(40.401)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	140.466	-	140.466
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(22.477)	-	(22.477)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(114.346)	-	(114.346)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(270.000)	-	(270.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	636.915	127.383	210.047	270.000	140.466	1.284.811	277.330	1.662.141
Pagamento de dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(140.466)	-	(140.466)
Pagamento de dividendos sobre lucros a realizar	-	-	-	-	(270.000)	-	-	(270.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	231.400	231.400	231.400
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Incentivo fiscal	-	-	33.742	-	-	(33.742)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	95.000	-	95.000
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(87.000)	-	(87.000)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	(15.658)	-	(15.658)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	636.915	127.383	243.789	15.658	95.000	1.118.745	258.290	1.377.035

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a concessão de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos em empreendimentos em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olímpadas, 66 - 8º andar - Sala A - São Paulo - SP. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. A EATE e suas controladas possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Número (vigos)	Prazo (Anos)	Redução de 50% da RAP	
				Índice entrada em operação	Data a partir do 16º ano de operação
EATE	100%	042/2001	30	2031	404.597
Lumitrans	80%	007/2004	30	2034	24.632
STC (**)	62%	006/2006	30	2036	38.995
EBTE (**)	51%	011/2008	30	2038	77.595
ESTE (**)	100%	019/2017	30	2047	153.813

(\*) A RAP ou Receita Anual Permitida da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As RAPs informadas estão conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481 de 15/07/2025.

(\*\*) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente e valor será de R\$40.520 para STC, R\$85.775 para EBTE e R\$169.491 para ESTE (vide nota 11). Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da EATE e suas controladas entendem que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2026. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovações Federais de Contabilidade ("FCF") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o método de custo, exceto pelo valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis. A Administração da Companhia faz a apresentação do custo e das despesas por natureza. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da EATE e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de seus investimentos. **2.4. Julgamentos, estimativas e pressupostos contábeis significativos:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e das demonstrações de fluxo de caixa. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, civis e trabalhistas. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, a EATE e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre outras relativas à implementação da infraestrutura, receita de remuneração de ativos da concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual. **Momento de reconhecimento do ativo contratual:** A Administração da EATE e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de lucro é determinada em função da observação de receita individual aplicada em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, construída e determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. Uma vez adotadas, as margens não se alteram até o final do fluxo de realizações. **3. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.7. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo líquido por meio de caixa futuro. **3.8. Encargos regulatórios:** Encargos regulatórios são reconhecidos inicialmente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.9. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a EATE e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construída) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas:** As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.9.2. Provisões para compensação**

2. Machine Learning e fadiga multiaxial para cabos condutores; fabricação de dispositivo e desenvolvimento de aplicativo Android para monitoramento e cálculo da vida residual de linhas de transmissão e 3. "Interact": Metodologia de Ensino e Aprendizagem para Treinamento de Eletricistas em Operação e Manutenção de Subestações de Transmissão, Aplicando Conceitos de Realidade Estendida e Digital Twins. Detalhes dos projetos de PDI encontram-se no site [www.tbe.com.br](http://www.tbe.com.br). **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com a Lei 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

## (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo Circulante</b>					
Debêntures	8	121.510	117.155	147.629	159.699
Arrendamento mercantil		314	295	544	543
Fornecedores		2.619	2.719	9.145	15.251
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.161	3.808	7.611	10.817
Outros tributos a pagar		13.044	11.044	24.293	20.825
Dividendos a pagar		-	22.477	-	27.223
Provisão para compensação ambiental	13	-	561	3.090	3.388
Encargos regulatórios	9	13.384	12.571	16.858	16.355
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	20.455	19.772	43.390	41.624
Outros passivos		4.929	4.562	11.493	11.460
		<b>178.416</b>	<b>194.964</b>	<b>264.057</b>	<b>307.185</b>
<b>Passivo não Circulante</b>					
Debêntures	8	947.476	773.407	1.665.519	1.429.179
Arrendamento mercantil		49	306	85	529
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	212.398	220.183	548.404	528.997
Provisão para demandas judiciais	12	229	228	226	226
Encargos regulatórios	9	1.192	3.142	6.378	5.018
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	83.207	84.981	296.409	295.398
Provisão para compensação ambiental	13	-	-	6.129	5.441
Outros passivos		416	411	22.050	20.208
		<b>1.247.964</b>	<b>1.082.636</b>	<b>2.545.200</b>	<b>2.284.896</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.426.380</b>	<b>1.277.600</b>	<b>2.809.257</b>	<b>2.592.081</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	14	636.915	636.915	636.915	636.915
Reservas de lucro	14	386.830	607.429	386.830	607.429
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	14	95.000	140.466	95.000	140.466
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.118.745</b>	<b>1.384.811</b>	<b>1.118.745</b>	<b>1.384.811</b>
Participação de acionistas não controladores		-	-	258.290	277.330
<b>Patrimônio Líquido - Participação de acionistas não controladores</b>		<b>1.118.745</b>	<b>1.384.811</b>	<b>1.377.035</b>	<b>1.662.141</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>2.545.125</b>	<b>2.662.410</b>	<b>4.186.292</b>	<b>4.254.221</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

## (Em milhares de reais)

Lucros Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
31/12/2025	1.118.745	258.290	1.377.035
31/12/2024	1.384.811	277.330	1.662.141

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas

## Razão Social

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.  
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica  
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.  
As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

### 3. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

**3.1. Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance decorrentes das aplicações financeiras como fluxos de caixa das atividades de investimento. Para identificar os direitos: houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e suas controladas são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1. Receita de implementação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de custos de desenvolvimento. A taxa incide sobre o custo de implementação das atividades de investimento. **3.1.2. Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos custos de operação e manutenção incorridos para a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.3. Receita de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica "ativo contratual da concessão" e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o custo de implementação das atividades de investimento. **3.2. Ativo contratual da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e suas controladas operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revisados e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: **Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias:** Após o término da fase de construção, a medida que a Companhia e suas controladas operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro do custo amortizado, e registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.3. Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.7. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo líquido por meio de caixa futuro. **3.8. Encargos regulatórios:** Encargos regulatórios são reconhecidos inicialmente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.9. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a EATE e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construída) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas:** As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.9.2. Provisões para compensação**

No exercício de 2025, os resultados da EATE foram:

\* continuação

EATE - Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - CNPJ nº 04.416.935/0001-04

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia e suas controladas ainda estão no processo de avaliação do impacto do novo padrão. 3.12.2. Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7, aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026); • IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública (aplicáveis para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	71	109	4.433	1.049
Aplicações financeiras	87.578	101.035	155.498	172.101
	87.649	101.144	159.931	173.150

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecerem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, 97,51% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (97,04% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2025, a controladora e as controladas mantêm saldos de RS913 e RS9.807, respectivamente referente ao Fundo de Investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,75% do CDI (RS513 e R\$32.777, respectivamente remunerado em média por 98,46% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. INVESTIMENTOS

a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>124.857</b>	<b>79.052</b>	<b>187.470</b>	<b>486.848</b>
Resultado de equivalência patrimonial	19.582	15.142	22.150	86.491
Dividendos	(15.583)	(8.918)	(23.237)	(92.200)
(-) Amortização direito de concessão (*)	(307)	(398)	-	(135)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>128.529</b>	<b>84.878</b>	<b>186.383</b>	<b>480.939</b>
Resultado de equivalência patrimonial	15.810	17.223	19.293	87.360
Dividendos	(23.631)	(18.100)	(33.796)	(85.527)
(-) Amortização direito de concessão (*)	(312)	(400)	-	(136)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>120.396</b>	<b>83.601</b>	<b>171.880</b>	<b>482.772</b>

(\*) Conforme orientação técnica do ICPN 09, a Companhia trata a amortização do direito de concessão dentro do investimento nas Demonstrações Contábeis da controladora e no intangível nas Demonstrações Contábeis consolidadas. A EATE reconhece, nas Demonstrações Contábeis individuais, os investimentos em controladas e coligadas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	Controladas		Coligadas		ERTE		Total
	STC	Lumitrans	EBTE	ESTE	Transudeste	Transleste	Transirapé
213.443	116.962	627.684	1.564.781	96.631	141.588	286.159	193.235
23.678	16.039	290.663	1.082.010	16.839	26.540	69.218	35.435
189.765	100.923	337.021	482.771	79.792	115.048	216.941	157.800
30.803	17.662	77.300	184.024	16.816	26.253	42.272	39.706
25.886	21.529	37.830	87.360	12.973	22.005	29.957	32.250
211.003.246	72.012.095	263.058.339	28.830.540	300.000.000	49.569.000	22.340.490	84.133.970

Em 31 de dezembro de 2025 a Controladora possui saldo de dividendos a receber em R\$ 22.823 (R\$ 29.541 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes da destinação de cada exercício. A expectativa de recebimento destes montantes é até o final do exercício de 2026.

8. DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal	Total
Debêntures 1ª emissão	-	-	-	-
Debêntures 2ª emissão	-	-	-	-
Debêntures 3ª emissão	-	-	-	-
Debêntures 4ª emissão	-	-	-	-
Debêntures 5ª emissão	-	-	-	-
Debêntures 9ª emissão	-	-	-	-
Debêntures 10ª emissão	6	7	13	111.695
Debêntures 11ª emissão	3.070	103.021	206.328	312.419
Debêntures 12ª emissão	12.246	(210)	254.451	266.487
Debêntures 13ª emissão - 1ª Série	504	(50)	86.833	87.287
Debêntures 13ª emissão - 2ª Série	723	(836)	250.149	250.036
Debêntures 14ª emissão	3.109	(73)	149.708	152.744
	18.652	101.85	947.476	1.068.996

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas dos empréstimos, financiamentos e debêntures da EATE e suas controladas:

Financiadores/credores	Empresas operacionais	Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Debêntures 1ª emissão	ESTE	dez/19	dez/24	415.000	IPCA + 4,5%	Semestral	Semestral	
Debêntures 2ª emissão	EBTE	jun/25	jun/30	83.000	CDI + 0,67%	4º e 5º ano	Semestral	
Debêntures 11ª emissão	EATE	nov/25	nov/30	45.000	CDI + 0,39%	1º, 2º e 3º ano	Semestral	
Debêntures 12ª emissão	EATE	dez/23	dez/28	310.000	CDI + 1,65%	3º, 4º e 5º ano	Semestral	
Debêntures 13ª emissão - 1ª Série	EATE	set/24	set/29	255.000	CDI + 0,89%	4º e 5º ano	Semestral	
Debêntures 13ª emissão - 2ª Série	EATE	jun/25	jun/30	87.000	CDI + 0,67%	3º, 4º e 5º ano	Semestral	
Debêntures 13ª emissão - 2ª Série	EATE	jun/25	jun/30	250.000	IPCA + 7,45%	4º e 5º ano	Semestral	
Debêntures 14ª emissão	EATE	nov/25	mai/30	150.000	CDI + 0,47%	4º e 5º ano	Semestral	

As cláusulas restritivas das debêntures são conforme segue:

	EATE	EBTE
Limite da dívida líquida em 31 de Dezembro de 2025 (*)	N/A	237.633
Debêntures 4ª emissão	N/A	237.633
Debêntures 5ª emissão	N/A	237.633
Debêntures 11ª emissão	2.051.601	N/A
Debêntures 12ª emissão	2.051.601	N/A
Debêntures 13ª emissão	2.051.601	N/A
Debêntures 14ª emissão	2.051.601	N/A

(\*) A Administração da EATE e suas controladas mantêm o acompanhamento de todas as cláusulas de covenants definidas em contrato. Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora	Consolidado
2026	108.318	157.186
2027	269.623	332.500
2028	365.323	439.984
2029	204.212	270.545
2030	-	33.235
Após 2030	-	432.069
	947.476	1.665.519

A movimentação do saldo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>913.010</b>	<b>1.580.890</b>
Ingresso de dívidas	254.005	254.005
Encargos sobre debêntures	101.855	171.468
Amortização do principal e dos juros	(378.308)	(417.485)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>890.562</b>	<b>1.588.878</b>
Ingresso de dívidas	482.111	610.111
Encargos sobre debêntures	136.186	209.825
Amortização do principal e dos juros	(439.873)	(595.666)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.068.986</b>	<b>1.813.148</b>

O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures.

9. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	10.201	9.942	14.125	14.311
Quota de reserva global de reversão - RGR	6.330	4.907	7.448	5.631
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.045	864	1.663	1.431
	17.576	15.713	23.236	21.373
Passivo circulante	13.384	12.571	16.858	16.355
Passivo não circulante	4.192	3.142	6.378	5.018

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem, substancialmente, da diferença entre as receitas baseadas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a ICPN 01 (R1) - Interpretação Contratos de Concessão, OCPN 05 - Orientação Contratos de Concessão e CPC 06 (R2) - Arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora		Consolidado	
	Reconhecido	Reconhecido	Reconhecido	Reconhecido
	31/12/2023	no resultado	31/12/2024	no resultado
Ativo fiscal diferido				
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(24.255)	14.783	(9.472)	1.446
Subtotal	(24.255)	14.783	(9.472)	1.446

Passivo fiscal diferido

	Controladora		Consolidado	
	Reconhecido	Reconhecido	Reconhecido	Reconhecido
	31/12/2023	no resultado	31/12/2024	no resultado
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	512.887	(283.239)	229.648	(9.212)
Outros itens	(18)	5	(13)	(12)
Subtotal	512.869	(283.234)	229.635	(9.211)
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	488.614	(268.451)	220.163	(7.765)

11. CONTRIBUIÇÕES E ENCARGOS REGULATÓRIOS DIFERIDOS

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS diferidos (*)	60.323	59.151	264.739	259.749
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	37.550	39.522	60.251	62.349
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	5.773	6.080	14.749	14.924
	103.646	104.753	339.739	337.022
Passivo circulante	20.455	19.772	43.390	41.624
Passivo não circulante	83.207	84.981	296.409	295.398

(\*) A Lei Complementar nº 214/2025 instituiu a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estabelecendo o período de transição para substituição do PIS e da COFINS, com início em 1º de janeiro de 2026 e implementação gradual conforme cronograma legal. Considerando que a Companhia possui saldos de PIS e COFINS diferidos cuja realização ultrapassa o exercício de 2026, e cujas reversões ocorrerão majoritariamente após o período de extinção desses tributos, previsto para 2027, tais passivos fiscais diferidos foram mensurados pelas alíquotas que se espera aplicar no período em que o passivo for liquidado, com base nas taxas que tenham sido substancialmente aprovadas até a data do balanço. Entenda-se a base constitucional para a extinção do PIS e da COFINS tenha sido estabelecida, a administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quando da regulamentação infraconstitucional, por meio das respectivas Leis Complementares. Especificamente para o setor de transmissão de energia elétrica, o regime de diferimento da CBS e do IBS, bem como as alíquotas aplicáveis que impactarão o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, ainda estão sob definição regulatória. Dessa forma, a Administração da Companhia entende que a aprovação substantiva, para fins de mensuração contábil em seu relatório, deverá ser realizada ao longo do exercício de 2026, momento em que procederá ao recálculo e aos registros contábeis correspondentes, inclusive com o ajuste no Ativo Contratual, de modo a refletir a neutralidade regulatória esperada.

12. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Perda provável: Na controladora e no consolidado, o montante de R\$226 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 refere-se a duas causas trabalhistas com perda classificada como "provável".

Perda possível: Com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como "possível" em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
	de processos		de processos	
Tributário	-	1.6407	3	6.547
Regulatório	-	-	1	823
Ambiental	-	-	1	37
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>1.6407</b>	<b>5</b>	<b>7.407</b>
Tributário	-	1.7348	3	7.530
Regulatório	-	-	1	942
Ambiental	-	-	1	43
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>	<b>1.7348</b>	<b>5</b>	<b>8.515</b>

13. PROVISÃO PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia e suas controladas são obrigadas a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. Para tanto, o IBAMA determina o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem o saldo no valor de R\$11.827 (R\$8.829 em 31 de dezembro de 2024), e aguarda a indicação do seu destino por parte do órgão público ambiental.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$636.915, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é a seguinte:

	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	46.020.150	44.011.576	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	45.979.850	43.988.434	49,98%	49,98%
	92.000.000	88.000.010	100,00%	100,00%

14.2 Reservas de lucro: 14.2.1 Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social integralizado, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 127.383. 14.2.2 Reserva de incentivo fiscal: Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDIAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$243.789 (R\$250.047 em 31 de dezembro de 2024). 14.2.3 Reserva de retenção de lucros: Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$0. 14.2.4 Reserva de lucros a realizar: Essa parcela advém substancialmente da equivalência patrimonial e contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira dos saldos de equivalência patrimonial e ativo contratual e consequente geração de lucro pela Companhia. Os valores mantidos em reserva de 2025 e de R\$15.658 (R\$270.000 em 31 de dezembro de 2024). 14.3 Destinação do resultado: De acordo com o Estatuto Social da EATE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	231.400	587.690	231.400	587